

PROCESSO JUDICIAL SIMULADO: DA PETIÇÃO INICIAL À SENTENÇA

Raphael de Andrade Naves¹

Dados de Identificação

Disciplina: Prática Jurídica IV

Período: 10º

Curso: Direito

Objetivo(s) da Ação

Vivenciar a tramitação de um processo judicial na primeira instância em sua integralidade, transcendendo a teoria processual para experimentar a realidade do trâmite forense.

Exercitar o controle rigoroso e o cumprimento de prazos processuais preclusivos, simulando a dinâmica da advocacia contenciosa.

Desenvolver competências técnicas essenciais à prática jurídica, notadamente a redação forense, a oratória em audiências e a atuação colaborativa em equipe.

Analisar criticamente o conteúdo de decisões judiciais, identificando eventuais vícios técnicos para definir e fundamentar a estratégia recursal adequada.

Conteúdos Trabalhados

A atividade abrangeu, de forma transversal e interdisciplinar, conteúdos fundamentais de direito processual e material, integrando a teoria à prática.

¹ Mestre em Direito (UNISAL), docente do UGB-FERP.

Para tanto, foram exercitadas as condutas passíveis de adoção pelo advogado durante as diversas fases do procedimento comum, desde a propositura da ação até a prolação da sentença, passando pelo peticionamento e a gestão de prazos.

O conteúdo programático envolveu, ainda, exposição teórica do professor, aprofundando-se na teoria geral da prova, na dinâmica da audiência de instrução e julgamento, bem como no sistema recursal, a fim de trazer aos alunos uma visão estratégica do processo.

Paralelamente às questões técnicas, foram abordados aspectos de deontologia jurídica e comportamento forense, essenciais para a formação ética do futuro profissional.

Procedimentos

A atividade foi estruturada com o objetivo de promover uma simulação realística, que exigisse do aluno a articulação entre vários ramos do direito, visando romper com o modelo tradicional que fragmenta o ensino da prática jurídica e, para tanto, a dinâmica estendeu-se ao longo de todo o semestre letivo.

Inicialmente, a turma foi dividida em núcleos de trabalho distintos, onde cada grupo representou uma parte processual, atuando como bancas de advocacia com responsabilidades compartilhadas entre seus membros.

O litígio foi instaurado com a propositura da petição inicial, baseada em um caso concreto de alta complexidade, exigindo fundamentação fática e jurídica robusta. Diferentemente das práticas convencionais focadas apenas no ato da audiência, criou-se um ambiente de "autos eletrônicos simulados", no qual este professor atuou como o magistrado, proferindo despachos, decisões interlocutórias e promovendo os impulsos oficiais necessários.

Durante o trâmite processual, foram lançadas nos autos decisões contendo vícios técnicos propositais, com o intuito pedagógico de forçar os alunos a realizarem a análise técnica do provimento judicial e a manejarem o recurso cabível.

A avaliação discente foi contínua: cada ato processual praticado era submetido ao crivo do professor-magistrado, gerando uma devolutiva técnica imediata, computando-se a nota final pela qualidade da atuação bem como pela tempestividade

dos atos praticados.

A fase instrutória culminou na realização de uma audiência de instrução e julgamento presencial, momento em que os alunos exercitaram a oralidade e a postura em sala de audiência.

O ciclo encerrou-se com a prolação da sentença pelo professor, conectando os fatos instruídos à fundamentação jurídica e permitindo aos alunos a visualização do resultado concreto de sua atuação e a repercussão de cada ato processual praticado na formação do convencimento do julgador.

Resultados

A metodologia aplicada demonstrou-se extremamente eficaz no processo de ensino-aprendizagem, observando-se um elevado grau de engajamento e motivação discente, superior ao verificado em aulas expositivas tradicionais.

Os alunos relataram que a visualização do "todo" processual permitiu uma compreensão sistêmica do sistema jurídico, superando a visão fragmentada das disciplinas isoladas.

Assim, o resultado pedagógico mais expressivo residiu na capacidade de conexão interdisciplinar, uma vez que os estudantes precisaram mobilizar conhecimentos de diversas matérias estudadas ao longo da graduação para solucionar os incidentes processuais.

A simulação da pressão pelo cumprimento dos prazos e a necessidade de definição de estratégias processuais conferiram maturidade profissional aos concluintes.

Mais do que a técnica, a atividade reforçou a compreensão da função social do processo, preparando-os para uma atuação ética e comprometida com a justiça na realidade do cotidiano forense.